



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

ANEXO I do Edital

Referência: Resolução CNJ 468/2022

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos de informática e software, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Leitores de Código de Barras e QR CODE	603949	Unidade	4	R\$ 489,50	R\$ 1.958,00
2	Impressora móvel de etiqueta	458740	Unidade	2	R\$ 1.493,99	2.987,98
3	Webcam	486308	Unidade	100	R\$ 188,00	R\$ 18.800,00
4	Software de gravação de tela	448014	Unidade	2	R\$ 460,17	920,34
VALOR TOTAL MÁXIMO						R\$ 24.666,32
Intervalo mínimo entre lances sobre o valor total de cada item						R\$ 0,10

1.2. O(s) item(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. A aquisição desses materiais será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, **para aquisição imediata**, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência..

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Portaria TRE/PRE/DG/GABDG nº 131/2023.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados da última assinatura eletrônica do contrato, podendo ser extinta na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 ou após a execução total do objeto.

1.6. Em caso de divergência entre a descrição do material indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá

deste último.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Para o Item 1:

2.1. A SEPEL, é a unidade da COCLE responsável pela geração e envio das mídias (Flash, MR e MA) aos cartórios eleitorais em caso de treinamentos, simulados e eleições comunitárias. Para um melhor controle das mídias enviadas a cada cartório, é utilizado o sistema de Suprimentos e Mídias de Urnas, onde deve constar o código de barras de cada mídia que está sendo enviada para cada cartório eleitoral. Atualmente essa anotação dos códigos de barra de cada mídia, é feito de forma manual, digitando o código de cada mídia a ser enviada, o que demanda maior tempo e ainda pode ocorrer falhas na digitação. Com a utilização de um leitor de código de barras, essa leitura é feita de forma quase instantânea, onerando menos os servidores envolvidos nessa atividade e garantindo a corretude da identificação das mídias.

2.2. No que tange a leitura de QR CODE, nas eleições oficiais, a transmissão da tabela de correspondências é realizada via leitura de mídia de carga no sistema GEDAI, ou em caso de impossibilidade de leitura por falha na mídia, a leitura das correspondências deve ser realizada através da leitura dos 3 (três) QR CODE existentes no extrato de carga emitido pela urna eletrônica. Atualmente tais leituras, quando necessário, são realizadas por smartphone, e os códigos lidos, enviados por e-mail, para posteriormente copiar os códigos do e-mail para o sistema GEDAI. Nos dias da eleição ou véspera, quando o recebimento de e-mail externo é bloqueado, o procedimento a ser realizado após a leitura dos QR CODE, é criar um arquivo no smartphone, copiar o mesmo via cabo USB para o computador e somente a partir desse momento, copiar os dados para o GEDAI, sendo que tal procedimento pode violar alguma diretiva de segurança vigente.

2.3. Os leitores a serem adquiridos também atenderão à demanda da Seção de Patrimônio de Almoxarifado, setor que atualmente utiliza coletores com sistemas operacionais muito antigos, apresentando alguns erros de leitura de patrimônio. Desta forma, tais equipamentos precisam ser substituídos por coletores mais modernos, com tecnologia mais recente, que apresentem fidedignidade na leitura das plaquetas de patrimônio.

Para o Item 2:

2.4. A impressora de etiquetas é necessária para substituir as plaquetas de patrimônio danificadas e para identificar os bens que estão sem plaqueta de patrimônio, com o respectivo número e código de barras, impressos em papel específico, com maior durabilidade, a fim de viabilizar a leitura por meio coletor de dados digitais.

Para o Item 3:

2.5. Atender necessidades ordinárias, tais como: participação de servidores do TRE-MS em reuniões virtuais (videoconferências), tanto internas como externas. Dessa forma, torna-se necessário contratar uma empresa para fornecer o item. O OBJETIVO a ser alcançado por meio da contratação é a melhoria da qualidade do atendimento dos usuários de TIC do TRE-MS. Os BENEFÍCIOS diretos e indiretos resultantes da contratação são: espera-se obter número suficiente de webcam para atendimento das demandas ordinárias e extraordinárias do TRE/MS.

Para o Item 4:

2.6. A solução que se pretende contratar apresenta recursos necessários para produzir conteúdos de vídeo, áudio e imagens para fins de tutoriais e demonstrações aos usuários da Central de Serviços do TRE-MS. Além da produção de mídia, a ferramenta também é utilizada em apresentações por videoconferências, permitindo, inclusive, a inserção de imagens e anotações no próprio vídeo ou captura de tela em tempo real, quando da apresentação do conteúdo. Tais requisitos se mostraram necessários enquanto cresce a demanda pelo consumo de conteúdo do tipo vídeo/apresentação e tutoriais dos serviços oferecidos pela Central de Serviços do TRE-MS, os quais são gerenciados e fiscalizados pela SGS. Estes recursos facilitam a produção de mídias orientativas que aceleram a partilha de conhecimento e também assimilação dos mesmos, garantindo o repasse de informação de forma rápida e mais precisa.

Para todos os itens:

2.7. NATUREZA DO OBJETO: Trata-se de Aquisição de Materiais Comuns de Tecnologia da Informação, submetendo-se à resolução CNJ 468/2022.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. As especificações do(s) item(ns) consistem em:

ITEM 1
Descrição
<p>COLETORES DE DADOS, com as seguintes características mínimas:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Tipo: Leitor de código de barras e QR Code (leitura 1d e 2d);2. Padrão de leitura: Compatível, entre outros padrões, com os padrões de leitura "intercaldo 2 de 5 anylength" e "code 93 anylength";3. Tipo de comunicação com o computador: Com fio, via USB;4. Compatível com o Sistema Operacional Windows 10;5. Suporte para leitura sem as mãos: SIM6. Modo de operação: Manual (gatilho), Automático (base)7. Sensor de Imagem: 640x480 pixels ou superior8. Resistências a queda: 1,5m ou superior9. Padrão de código de barras: 1D e 2D10. Leitura de telas: Sim11. Comprimento do cabo: 2m ou superior12. Índice de proteção: IP42 ou superior13. Luminosidade: 0 a 100.000 Lux14. Contraste de impressão: 25% ou inferior15. Garantia mínima: 3 anos, com troca do equipamento de defeituoso por um novo, que atenda os mesmos requisitos, dentro do prazo de garantia.

ITEM 2

Descrição

IMPRESSORA PORTÁTIL DE ETIQUETAS, com as seguintes características mínimas:

1. Tipo: Impressoras Térmicas portáteis para etiquetas;
2. Comunicação: sem fio, Bluetooth;
3. Porta USB: Conector USB tipo-C;
4. Carregamento: USB;
5. Bateria recarregável já inclusa;
6. Cabo de carregamento incluso e o conector no padrão NBR 14136;
7. Especificação de queda: 1,5 Metros;
8. Largura da mídia entre 20 mm e 80 mm;
9. Peso com bateria até 1.500 gramas;
10. Impressão de código de barras lineares e 2d;
11. Software utilitário de configuração da impressora disponível para Android e iOS;
12. **Clipe de cinto e Alça de ombro devem acompanhar o equipamento;**
13. **Entrega de 20 mídias de impressão por impressora:** etiquetas adesivas a prova d'água com durabilidade e resistencia em material plastico na modalidade BOPP;
14. **Garantia mínima: 3 anos**, com troca do equipamento defeituoso por um novo, que atenda os mesmos requisitos, dentro do prazo de garantia.

ITEM 3

Descrição

WEBCAM COM CAPTAÇÃO DE IMAGEM E ÁUDIO (microfone integrado), com as seguintes características mínimas

1. Captação de imagem e áudio simultâneos para que o fone de ouvido seja usado no computador;
2. Resolução máxima, de pelo menos: 720p 30fps;
3. Megapixels da câmera: 0.9;
4. Tipo de foco: foco fixo;
5. Microfone integrado: Mono, com alcance de até 1 m;
6. Campo de visão (CDV) diagonal: 55°;
7. Clipe universal que se ajusta a monitores de laptop ou LCD;
8. Compatível com Windows 10 ou superior, macOS 10.10 ou superior, ChromeOS;
9. Compatível com plataformas populares, incluindo Zoom, Google Meet, Microsoft Teams;
10. Compatível com Porta USB-A e vir com cabo anexo de 1,5 m, no mínimo;
11. **Deverá ser compatível com a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), quanto à não utilização de substâncias nocivas ao ambiente** *(vide cláusulas 4.5.2. e 4.5.2.1 deste Termo de Referência)*;
12. **Garantia de dois anos do fabricante**, no mínimo.

ITEM 4

Descrição

SOFTWARE PARA GRAVAÇÃO DE TELA COM RECURSOS INTERATIVOS PARA PRODUÇÃO DE VÍDEOS, com as seguintes características mínimas:

1. Gravação de tela em multi-monitores;
2. Sobreposição de fonte tais como webcam ou câmera;
3. Gravação Agendada / programada;
4. Combinar voz, microfone a gravação;
5. Destaques e efeitos de mouse para destacar cliques do mouse;
6. Efeito Chroma key;
7. Possibilidade de gravar parte de telas ou sua totalidade;
8. Outputs (função de exportação) com possibilidade de escolher taxas de compressão de vídeo;
9. Modo de gravação ao redor do mouse (grava uma porção de tela que acompanha os clicks do mouse);
10. Efeito de Sobreposição de Texto e formas geométricas, setas e figuras;
11. Sítio eletrônico oficial do produto com How-To que exemplificam a utilização de cada função presente da aplicação de captura de tela;
12. O software deve ser pronto para uso sem necessidade de configurações adicionais para tirar proveito das funcionalidades. Estas devem estar prontas para uso após a instalação do software;
13. **Licença vitalícia** com acesso a todas as atualizações de segurança e funcionalidades futuras;
14. **SOFTWARE OBRIGATÓRIO: BANDICAM.**

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Legais

4.1.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 (PESQUISA DE PREÇOS), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Resolução CNJ 468/2022 e a outras legislações aplicáveis.

4.2. Requisitos Temporais

4.2.1. **A entrega dos itens deve ser de no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho.**

4.2.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.3. Requisitos de Experiência Profissional

4.3.1. Os serviços, de manutenção em garantia, deverão ser prestados por técnicos / analistas devidamente capacitados;

4.4. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.4.1. A execução do serviço de manutenção em garantia dever ser acompanhada pelo CONTRATANTE, que dará ciência, à CONTRATADA, de

eventuais ocorrências durante a execução dos serviços.

4.4.2. Não há obrigatoriedade de realização de vistoria prévia do local de execução dos serviços.

4.5. Demais requisitos:

Sustentabilidade

4.5.1. A contratação deverá atender aos seguintes critérios de sustentabilidade:

- a) Os documentos e/ou relatórios deverão ser entregues, sempre que possível, por via informatizada de forma a não utilizar papel ou outro insumo semelhante;
- b) Caso a impressão seja necessária, a contratada deve adotar práticas de impressão sustentáveis, como a utilização de papel reciclado, impressão frente e verso e a minimização do uso de tintas prejudiciais ao meio ambiente;
- c) Este TRE, quando da redação da cláusula que estipula os horários de realização dos serviços, deu preferência por conciliar com horários de funcionamento do órgão onde a energia e demais insumos já são utilizados.
- d) As embalagens a serem utilizadas na realização dos serviços, sempre que possível, deverá ser de material de baixo impacto ecológico.
- e) A empresa contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

4.5.2. A webcam, de marca e modelo ofertado, deverá ser compatível com a diretiva RoHS (Restriction of Hazardous Substances), quanto à não utilização de substâncias nocivas ao ambiente.

4.5.2.1 A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que o bem fornecido cumpre com essa exigência;

Indicação de Marca/Modelo:

4.5.3. Para os itens 1 a 3: Não há marca obrigatória, mas para verificação das especificações, o licitante deverá indicar marca/modelo do produto ofertado na Proposta Eletrônica ou quando requestado pelo Pregoeiro.

4.5.4. Para os itens 4: será exigida marca/modelo específico, conforme justificativa apresentada nos Estudo Técnicos Preliminares.

Subcontratação

4.5.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia

4.5.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Amostra

4.5.7. Não haverá exigência de apresentação de amostra

Consórcio

4.5.8. Tendo em vista o valor da contratação, a baixa complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitido a participação de consórcio na presente contratação.

5. EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, em remessa única, contados do recebimento da nota de empenho.

5.1.1. Caso a nota de empenho seja encaminhada através de serviço postal, ou outro meio disponível, a contagem do prazo se dará através da comprovação do efetivo recebimento do instrumento por parte do licitante.

5.1.2. Fica a empresa obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, na data de envio registrada no Sistema Eletrônico de Informações.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2.1. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5.2.2. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

5.3. A empresa fornecedora deverá entregar os materiais na Seção de Almoxarifado e Patrimônio do TRE-MS, sito na Rua Delegado José Alfredo Hardman, 184 - Jardim Veraneio - Parque dos Poderes, na cidade de Campo Grande/MS, de segunda a sexta-feira, das 12:00 h às 18:00.

8.1.1. A empresa poderá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega e instalação dos materiais.

8.1.2. O agendamento será realizado por servidor da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, no horário de 12:00 h às 18:00 h, de segunda a sexta-feira, através do telefone (67) 2107-7207 / (67) 2107-7080.

5.6. O prazo mínimo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), caso não esteja previsto prazo superior na descrição do Item.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.

6.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

6.4. O Órgão ou Entidade poderão convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), cabendo:

a) acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

c) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou autoridade competente. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

f) Comunicar ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

i) manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

j) Formalizar de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.6.1. requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;

6.6.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.

6.6.3. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

6.6.4. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.1. O recebimento **provisório** ficará a cargo da **Seção de Patrimônio e Almoxarifado do TRE-MS** e o recebimento **definitivo** ficará a cargo da **Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)** do TRE-MS, mediante servidor designado no Estudo Técnico Preliminar, conforme descrito a seguir.

a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação, se for o caso, da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;

b) condições da embalagem e/ou do material;

c) quantidade entregue;

d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

7.1.2. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7.1.1 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

7.1.2.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes

no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, devendo ainda ser verificado:

- a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora, quando for o caso;
- b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- c) realização de testes, quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário;
- d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

7.9. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

7.9.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

7.10. Reserva-se o direito ao TRE/MS de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa, consoante os termos dispostos nos artefatos constantes desta contratação (Estudo Preliminar, Termo Referência, Edital etc).

Da emissão da Nota Fiscal/Fatura

7.11. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio

eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

7.11.1. Para fins de atendimento a **IN/RBF 1.234, de 11/01/2012** (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.12. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

7.12.1 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.13. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em extinção contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

7.13.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.14. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

Prazo de Pagamento

7.15. O pagamento será efetuado, em parcela única, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pelo contratado.

7.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.17.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos

e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

7.18. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.19. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

8.3. Cada item será de participação exclusiva à microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

8.4. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

8.2.1. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta eletrônica a marca e o modelo do equipamento ou software ofertado.

8.2.1.1. Caso não seja informada a marca/modelo na proposta eletrônica, o Pregoeiro questionará a empresa, via chat, para apresentar as informações e/ou documentações necessárias.

8.2.1.2. O Pregoeiro e a equipe técnica, mediante pesquisa na internet, verificarão se a marca/modelo ofertada atende às especificações, nos termos exigidos no Capítulo III deste Termo de Referência;

8.2.1.3. Caso o Pregoeiro e a equipe não consigam verificar a especificação do equipamento, convocará a empresa para que apresente a comprovação exigida;

8.2.1.3.1. A licitante poderá indicar, também, sítio(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o produto ofertado.

8.2.1.4. A convocação para indicação de marca/modelo e/ou para envio de informações (site/catálogo/folder, etc) **será de 2 (duas) horas e é IMPROPRORROGÁVEL.**

8.2.1.4. Caso seja necessário o envio de documentos, o Pregoeira fará a convocação de anexos pelo sistema, sendo que o envio também deverá ocorrer pelo sistema, dentro do prazo estabelecido.

8.2.1.5. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.

8.2.1.6. Após esta análise preliminar, estando o material, em tese, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, o Pregoeiro fará o aceite da proposta.

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 24.666,32 (vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;
- b) Fonte de Recursos: 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;
- c) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054;
- d) Elemento de Despesa: 4490.52.45, 4490.40.05;
- e) Plano Interno: INV EQUTIC, INV SOFTWR.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de **15 (quinze) dias úteis, contado da notificação**.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação na data do envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

11.2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) quando o contratato der causa à inexecução parcial da contratação, sempre que não se justificar imposição de penalidade mais grave;
- b) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência.

11.3. Será aplicada **MULTA**:

- a) de **0,5 %** (cinco décimos por cento), sobre o valor total da contratação referente ao item e por dia de **atraso** superior a 5 dias, **na entrega do material**, contados do 6 (sexto) até o 30 (trigésimo) dia de atraso. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de aplicação de multa, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de extinção;
- b) de **5%** (cinco por cento) sobre o valor total da contratação, por ocorrência, no caso de **atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) necessário para pagamento**;
- c) de **10%** (dez por cento) sobre o valor total da contratação, caso a **entrega do material ou prestação do serviço esteja em desacordo com o contratado**, no aspecto quantitativo e/ou qualitativo;
- d) de **15%** (quinze por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de **desatendimento de cláusulas do Termo de Referência não especificadas neste item**;

e) de **20%** (vinte por cento) do valor total da contratação, se a contratada recusar-se a entregar o material sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições estabelecidas, levar o Tribunal a extinção da contratação, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

11.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

11.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

11.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 11.3.2 e 11.3.3 abaixo;

11.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, em prazo não inferior a 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

11.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

11.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

11.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

11.3.6. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

11.3.7. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

11.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a União, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando o contratado:

a) der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) der causa à inexecução total da contratação;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.5. Será aplicada a penalidade de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** quando

o contratado:

- a) prestar declaração falsa durante a execução da contratação;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.5.1. Também será aplicada a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, nas hipóteses previstas no item 11.4, quando justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.5.2. Aplicada a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, o contratado estará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.5.3. A aplicação da penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE é de competência exclusiva da autoridade máxima do TRE/MS

11.6. A aplicação das **sanções previstas neste capítulo** serão apuradas nos termos da em processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.6.3. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

11.8. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.11. As sanções de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** e **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** admitem reabilitação, exigidos, cumulativamente:

- I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II - pagamento da multa;
- III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "a" e "d" do subitem 11.5 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

11.12. Da aplicação das sanções **ADVERTÊNCIA, MULTA E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.12.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.13. Da aplicação da sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.15. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)/Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como em

cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 11.3.7.

11.16. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.17. Antes da aplicação das sanções previstas neste Capítulo, a contratada será notificada para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.18. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.18.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.19. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Termo de Referência ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12. DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

12.1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência

12.2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

12.3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

12.4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.

12.5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

12.6. Colocar à disposição da empresa todas as informações necessárias à entrega dos materiais.

12.7. Conferir o material fornecido, atestar as respectivas faturas e proceder à liquidação e ao pagamento dos materiais de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

13. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

13.1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência (Anexo I).

13.2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

13.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

13.4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.

13.5. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).

13.6. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

13.6.1. O mesmo se aplica à subcontratada (no caso de estar previsto no Termo de Referência a possibilidade de subcontratação).

13.7. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

13.8. Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-geral nº 176/2023 TRE/PRE/DG/GABDG, a qual dispõe sobre os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande, MS.

MARCELO SILVA DE NOVAES	DIOGO ARANTE CORRÊA DE LIMA	FLÁVIA SHIMABUKURO TOMIGAWA
INTEGRANTES DEMANDANTES		

MARCIO SADAYOSHI NAKA	RAMON PEREIRA RODRIGUES	THALLES DE SOUZA TORCHI
INTEGRANTES TÉCNICOS		

MARIA JÚLIA DE ARRUDA MESTIERI INTEGRANTE ADMINISTRATIVA
--



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI**, **Técnico Judiciário**, em 05/04/2024, às 11:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1612724** e o código CRC **3604DDD6**.



0002160-12.2023.6.12.8000

1612724v5